

Jornalismo: presente e futuro de uma atividade profissional em transformação

Periodismo: presente y futuro de una actividad profesional en transformación

Journalism: present and future of a professional activity in transformation



Carine Felkl Prevedello¹
Patrícia Regina Schuster²

REVISTA RIZOMA

Jornalismo: presente e futuro de uma atividade profissional em transformação

Neste dossiê – que se dedica a refletir sobre o presente e o futuro do Jornalismo – entrevistamos Carine Felkl Prevedello. Professora da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a também jornalista com larga experiência em diferentes segmentos do Jornalismo (telejornalismo e assessoria de imprensa, principalmente) nos ajuda a entender quais são os impactos sofridos por esta atividade profissional, sobretudo, a partir do prisma da Economia Política da Comunicação, área em que desenvolveu parte das suas investigações acadêmicas. Como membro do grupo de pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade (CEPOS) e

¹Jornalista, doutora em Comunicação, professora adjunta da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Programa de Educação Tutorial (PET) da ECO/UFRJ, que integra ações de Ensino, Pesquisa e Extensão. Coordenadora do projeto de extensão TJ UFRJ, que explora formatos e linguagens em jornalismo audiovisual, vídeos experimentais e coberturas para redes sociais. Como pesquisadora, dedica-se à Economia Política da Comunicação, especialmente às emissoras públicas de radiodifusão, jornalismo audiovisual e convergência para a televisão digital no Brasil. Possui também pesquisa e interesse na investigação do discurso jornalístico, democratização da Comunicação, jornais populares no Brasil e mediação da cidadania pelo jornalismo.

² Professora dos Cursos de Comunicação Social da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Doutora em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Desenvolvimento Regional e jornalista, ambos pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UFSM). E-mail: pati.jornalista@gmail.com.

diretora – até o ano de 2021 – de Relações Institucionais da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura – Seção Brasil (Ulepicc-Brasil), Carine oferece-nos pistas acerca da enorme complexidade que atravessa os fazeres e saberes do Jornalismo.

Nossa conversa problematiza desde a repercussão do processo de desinformação, passando pelo fenômeno da plataformização do Jornalismo até o desempenho dos chamados “atores hegemônicos” na conformação deste cenário.

Rizoma. O dossiê desta edição da revista Rizoma se propõe a refletir sobre o “presente” e o “futuro” do Jornalismo como atividade profissional. Iniciemos falando do momento atual. Até aqui as transformações foram intensas (a passagem do analógico para o digital é uma delas) e motivadas por múltiplos fatores. Levando em consideração a velocidade dessas mudanças, você nota um esvaziamento de criticidade – sobretudo por parte de quem exerce a profissão – acerca dos fazeres da área?

Carine Prevedello. *Em primeiro lugar, agradeço demais o convite da revista Rizoma para a possibilidade de refletirmos sobre Jornalismo, em um contexto de revisão profunda dos nossos paradigmas. Tenho a impressão de que nunca houve tanta consciência crítica sobre o “fazer do Jornalismo”, tanto por parte das audiências, quanto no próprio meio profissional. Nos últimos dez anos, a imprensa passou de instituição confiável no Brasil² para um alvo constante de descrédito e deslegitimação. Isso tem relação direta com as mudanças superestruturais na tecnologia, economia e ambiente político e, ao mesmo tempo, interfere de forma global sobre todo o circuito da informação, desde as rotinas produtivas (dimensão do exercício profissional), passando pela distribuição (estrutura dos veículos de Comunicação), até chegar ao consumo (público, audiência). Ramonet (2009)³ discorre muito bem sobre esta questão, quando fala que o jornalista perdeu o lugar de perito na produção de informação. Nunca tivemos*

² Um livro importante de Alfredo Vizeu (“A sociedade do telejornalismo”, de 2008) cita, na Introdução, uma pesquisa internacional em que a imprensa era considerada uma das instituições mais confiáveis no país. Já um levantamento recente mostra que 60% dos brasileiros não confiam nos jornalistas. Fonte: <https://mediatalks.uol.com.br/2021/01/29/estudo-global-mostra-indices-de-confianca-na-imprensa/>

³ RAMONET, Ignacio. **A explosão do jornalismo**: da mídia de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

tanta informação disponível (junto à desinformação galopante) e tanto acesso a estruturas para disseminação de diferentes vozes e versões.

Mas o que podemos considerar exercício do Jornalismo? Jornalismo é serviço e interesse público. Evidentemente que, a partir deste conceito, temos variáveis sobre as premissas relacionadas à noção de interesse público. Quem define? A partir de que bases e valores? As próprias distinções entre “jornalismo popular” e “jornalismo de referência” já nos indicam uma diferenciação de perfil de audiência e, portanto, de valor-notícia. O que se produz nas redes sociais, por influenciadores, pode ser chamado de “conteúdo”? Os formatos e linguagens adotados por jornalistas ao longo de décadas estão aí e, ao que parece, terão de se adaptar agressivamente à lógica das plataformas de distribuição, e mesmo às mudanças dos critérios de noticiabilidade que agora passam mais pelo mundo privado do que pelo interesse público (o que alguns autores chamam de “jornalismo de subjetividades”).

O jornalista, está no meio de um fogo cruzado: dividido entre propor/construir (o seu próprio canal) ou encontrar um espaço em um mercado de trabalho dominado pela precarização, amadorismo e distorção (que alguns associam às visões de inovação e empreendedorismo), e, quando encontra, em empresas ainda financiadoras de estruturas de redação, precisa atuar dentro de uma lógica industrial-ideológica que, no Brasil, está matando a essência da profissão. É um pouco difícil fazer esta discussão de momentos históricos recentes, onde o jornalismo mainstream atuou como assessoria de imprensa para operações com finalidades políticas (embora isso não seja novidade na História da imprensa). Havia falta de consciência crítica (ou mesmo histórica) ou compromisso editorial acima de qualquer avaliação acerca da noticiabilidade e dos critérios de apuração? Este debate nos traz ao contexto atual, mas iniciou lá nos protestos de 2013, quando tivemos também a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, movimentos nativos digitais que começavam a nos mostrar como as redes passariam a cumprir um papel central na sociedade.

No caso específico do Brasil, a ausência histórica de compromisso e consolidação de políticas públicas, a concentração de propriedade na mídia, as articulações consolidadas entre política, poder econômico e Comunicação criaram oligopólios que hoje estão enfrentando uma disputa de hegemonia com atores transnacionais. Então, penso que não há uma ausência de crítica, ao contrário, há uma crítica e uma deslegitimação cada vez

maiores, que, somadas à desregulamentação e à falta de fôlego das nossas próprias instituições e movimentos sociais (ou coletivos, mesmo de produção de jornalismo independente, por exemplo), nos conduzem a um cenário de crescente reconfiguração e indefinição.

Rizoma. O fenômeno da desinformação é, talvez, uma das maiores preocupações tanto de quem faz, quanto de quem pesquisa jornalismo. Você, como pesquisadora do segmento da Economia Política da Comunicação, acredita que a concentração midiática possa ter implicações sobre ele. Se sim, quais os desdobramentos?

Carine Prevedello. *Para além das questões de concentração da propriedade e controle da circulação de informações, existe uma mudança de paradigma que o pesquisador João Brant⁴ aponta com muita propriedade em uma entrevista recente, que aliás faz parte de um dossiê lançado pela Revista Eptic, com uma série de artigos fundamentais sobre toda essa discussão da qual estamos tratando. Brant fala da alteração de um “contrato social”, que organizava a relação do público com as mídias, desde a primeira metade do século passado até meados de 2010, e que passa pela lógica do jornalismo profissional como fonte de informação. Trata-se de uma espécie de “normatividade” do sistema, quando sabíamos onde estavam as fontes, os veículos, quem produzia e quem recebia informação.*

A partir da década de 2010, com o crescimento das redes sociais, consolida-se um sistema que desconstrói esse contrato social em vigor desde os veículos analógicos, e que institui premiação a conteúdos com potencial inflamatório, que flertam frequentemente com a difamação, a calúnia e a desinformação. O uso dos smartphones, a rapidez na produção e circulação de conteúdos, tudo isso provoca uma série de transformações em um processo até então minimamente centrado em fases de apuração, verificação, ainda que possamos apontar inúmeras distorções e interesses em jogo. Aquilo que Ramonet, que já citei, chama da passagem “da mídia de massas para a massa de mídias”.

⁴ RAMOS, Murilo; MARTINS, Helena. Caminhos para enfrentar os desafios nas comunicações, com vistas à democratização. **Revista Eptic online**. vol. 24, n° 2, mai.-ago. 2022. Disponível na internet em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/18201/13099>

Então, estamos agora no momento em que o acesso às redes como fonte e como alternativa de produção (ainda que esta perspectiva tenha sérios limites, especialmente dentro do debate da Economia Política), e a possibilidade de interação em tempo real enfraquecem gradativamente a narrativa linear característica da linguagem da imprensa nos veículos de Comunicação tradicionais. Trata-se de um enfrentamento de proporções gigantescas (como estamos vendo muito claramente no período eleitoral), para o qual nenhuma das nossas instituições de lastro público e social (Estado, Educação, e a própria imprensa) estão preparadas. É bom lembrar que, em momentos de crise, como foi o caso da pandemia, o Jornalismo recupera sua centralidade e credibilidade: no Brasil, houve um aumento significativo na audiência dos telejornais.

Alguns avanços, obtidos na Lei Geral de Proteção de Dados, Marco Civil da Internet, ou mesmo nas ações do Supremo Tribunal Federal (STF) de tentar impedir e regar os disparos de desinformação em massa, esbarram nas disputas jurídicas, e muitas vezes nas dificuldades de se regular empresas de propriedade estrangeira (Telegram, por exemplo). O próprio debate inócuo e estratégico sobre liberdade de expressão, conduzido para autorizar o direito à calúnia, difamação e fundamentalismos de toda ordem, somente pode ser freado na Justiça. E quanto mais notoriedade e publicidade essas distorções conseguem, hoje associadas a posições de liderança política, maior credibilidade e capilaridade desse discurso. Se não houver enfrentamento institucional, trata-se de uma guerra amplamente desfavorável ao Jornalismo.

Uma outra possibilidade, talvez muito remota e ingênua também, seria uma repactuação social, diante da ameaça aos regimes democráticos. Mas como isso envolve interesses econômicos globais, e até mesmo o sistema de remuneração pela qual os gigantes da internet são financiados hoje, é realmente muito pouco provável. Dentro da preservação de interesses culturais e locais, é uma discussão que alguns países têm feito. Espanha e França, por exemplo, com restrições mais severas e maior preocupação com a propriedade intelectual, Estados Unidos com a questão da vigilância. No Brasil, o Marco Civil é reconhecido como uma legislação abrangente e avançada, principalmente na proteção dos direitos do cidadão. Ainda neste âmbito da regulamentação, talvez uma reconfiguração no lastro das grandes empresas proprietárias de empresas de radiodifusão e jornalismo possa provocar alguns embates favoráveis a um enfrentamento mais direto às plataformas digitais.

Rizoma. Você considera que o próprio o Jornalismo possa ser – para além das práticas de fact-checking que são irrisórias frente ao volume e a intensidade das *fake news* – uma espécie de remédio para este cenário de informações falsas?

Carine Prevedello. *Acredito que ainda vamos passar um bom tempo enxugando gelo, enquanto não houver um ambiente social propício para uma discussão madura sobre a circulação da informação e os novos veículos digitais. Este é um desafio global, não apenas do Brasil. Passa, por exemplo, pela mudança radical de um modelo de negócio, tanto no Jornalismo em geral, quanto na área do audiovisual, totalmente imbricada à produção de notícias hoje. Há pelo menos três questões essenciais neste debate: a) a viabilidade de remuneração direta das plataformas aos “produtores de conteúdo”, para além da financeirização por publicidade; b) o enquadramento legal do streaming como atividade econômica e o retorno para o país da exploração deste capital; c) as contrapartidas para garantirmos minimamente a circulação e exibição de produções nacionais.*

Na TV a cabo, que não decolou e está em franca decadência no Brasil (também pela chegada dos canais de streaming), houve legislação específica para o incentivo à produção nacional. Esta lei não é cumprida, entre outros fatores, pela falta de condições de fiscalização da Ancine (Agência Nacional do Cinema, a quem cabe a competência de verificar o percentual de produção nacional nos canais a cabo). Na União Europeia, a exibição de conteúdo audiovisual é condicionada a 50% de filmes nacionais! Em todo o período de governos progressistas essas questões não avançaram, ainda que tenhamos a criação da TV Brasil e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), hoje fragilizadas e cada vez mais ameaçadas.

Precisaríamos de uma combinação de Jornalismo que preserve o compromisso com o interesse público, inserido em um contexto em que políticas públicas sejam uma realidade, com controle social assegurado. É um cenário ideal, talvez até demasiadamente romântico para um país que construiu seu sistema de Comunicação baseado na lógica do mercado, da publicidade e de um padrão tecno-estético

*hegemônico*⁵ condicionado a essas premissas. Mas não é uma miragem, existe na Europa desde o surgimento do rádio e da televisão. No Canadá, 75% da exibição de conteúdo audiovisual deve ser produção nacional. Tanto os países europeus, como os latinos, e mesmo os Estados Unidos têm feito a discussão de regulação das redes, até porque existem disputas macroeconômicas e geopolíticas relacionadas (está aí o documentário “Dilema das Redes”, que explica didaticamente estas questões).

Ou seja, sim, o Jornalismo é uma saída, um dos princípios fundamentais para a manutenção da democracia, mas dentro de marcos civilizatórios, que precisam de proteção e validação constantes.

Rizoma. A plataformização do jornalismo é – possivelmente – um dos acontecimentos que mais tenha trazido repercussão para os seus aspectos canônicos. Você percebe que este processo possa estar comprometendo-o como legítimo guardião dos valores sociais? De que forma?

Carine Prevedello. *Leandro Demori, do The Intercept, afirmou em 2020⁶, que este é o melhor cenário para o jornalismo independente, especialmente no aspecto do financiamento. Entretanto, hoje vemos que até mesmo essas iniciativas enfrentam graves limitações financeiras e de operação. Com a tecnologia de produção e distribuição de notícias que a internet possibilita, além da maior facilidade de acesso a fontes e bancos de dados, o Jornalismo como serviço público poderia finalmente ser exercido sem o condicionamento aos anunciantes. O problema é como este Jornalismo manterá estrutura viável para permitir um exercício profissional consciente, crítico e seguro para seus profissionais, e o quanto de fato este polo pode rivalizar com a “imprensa mainstream”, e agora mais ainda com o submundo da distopia.*

A mudança do “modelo de negócio”, com a digitalização e as redes sociais, é uma das principais incógnitas deste novo momento do Jornalismo. As antigas redações, ainda que mantidas por uma estrutura empresarial com evidentes interesses de mercado e ideologia, ofereciam as condições de trabalho para um exercício profissional com

⁵ O conceito de padrão tecno-estético foi amplificado nos estudos de Economia Política de Comunicação no Brasil a partir da publicação de “Mercado Brasileiro de Televisão” (2000), do professor César Bolaño, da Universidade Federal de Sergipe (UFS). É um conceito que nos ajuda a entender a hegemonia da Globo na indústria audiovisual, a partir de determinações estruturais, tecnológicas e econômicas.

⁶ Debate realizado durante Live do Festival do Conhecimento da UFRJ, que mediei junto também dos professores Marcelo Kischinhevsky e Cristiane Costa, ambos da UFRJ. Vídeo completo no link: <https://www.youtube.com/watch?v=H2Zk-lB9AmI>

autonomia editorial (relativa, sempre, mas em geral viável) e segurança. Essas vagas estão em extinção, as redações estão diminuindo, os contratos profissionais de pessoa jurídica ou freelancer são cada vez mais comuns. Por outro lado, os coletivos de Jornalismo independente, as assessorias de imprensa, de Comunicação, e a gestão de mídias sociais abrem centenas de vagas diariamente. Na UFRJ, costumamos dizer que faltam alunos para tantas vagas cotidianamente oferecidas, tanto em bolsas acadêmicas, quanto de estágio e profissionais nestas áreas. Uma das questões comuns é o fenômeno, especialmente no Rio de Janeiro, diante da crise econômica, da iniciação de estágios cada vez mais precoces (sem nenhum respaldo de formação) para colocações com características de exercício profissional. Ou seja, há um triplo problema: o estudante ocupa uma vaga profissional (com salário de estágio), a formação acadêmica, em confronto com o mercado de trabalho, fica em segundo plano; e, por último, quando formado, o jornalista verá as redações e/ou assessorias lotadas de alunos em funções profissionais. É a precarização do mercado de trabalho.

Mas voltando à questão da plataformização, se, por um lado, podemos ter um cenário favorável ao Jornalismo independente, aos coletivos de profissionais, por outro temos uma insegurança maior nas condições de trabalho, precariedade de financiamento e um incentivo à desprofissionalização. Este novo ecossistema está permeado pela lógica dos “influenciadores”, ou mesmo do midiativismo como uma reivindicação dos movimentos sociais⁷.

No Brasil não temos uma cultura dos assinantes de serviços de notícias, ainda que seja um movimento já iniciado até mesmo pela imprensa tradicional, quando no formato digital. O The Intercept, por exemplo, conseguiu realizar um movimento impressionante de crowdfunding, somado a assinaturas pessoais, mantendo todo o seu conteúdo em acesso aberto. Rivalizando com estas iniciativas, temos a desinformação circulando livremente e o descumprimento do princípio de “neutralidade da rede”, instituído no Marco Civil da Internet, e que vem sendo adotado em legislações de vários países. Consiste basicamente em isonomia na distribuição e acesso, evitando o favorecimento dos

⁷ Midiativismo é um conceito que vem sendo trabalhado há algum tempo, desde as alternativas de coletivos de mídia independente, mas que ganhou mais importância com as mídias nativas digitais. A professora Ivana Bentes, em um artigo publicado no Ebook Interfaces do Midiativismo, publicado em 2018 (<https://interfacesdomidiativismo.wordpress.com/>), explica como os canais digitais passaram a ser uma dimensão estrutural dos movimentos sociais.

provedores e planos a determinadas fontes de conteúdo. Sabemos que, na prática, a venda de smartphones no Brasil é casada com acesso privilegiado a serviços específicos. Há muitas complexidades.

Rizoma. Você afirmou em um artigo que as redes sociais e a internet – como produtos do capitalismo da informação – operam, tal qual a Comunicação como um todo, sob a tutela de “atores hegemônicos”. De que forma isso interfere na distribuição e no consumo do jornalismo contemporaneamente?

Carine Prevedello. *As empresas transnacionais (Google, Facebook, Amazon) controlam o fluxo de informações, os algoritmos, o retorno financeiro, mas também estão neste circo os atores que conseguiram desvendar e burlar os códigos. A internet e, por sua vez, as redes sociais, tornaram-se um produto desta acomodação do capitalismo global, operando em uma lógica de interesses econômicos e políticos. Alguns países têm avançado em regulamentações para preservar a cultura e o interesse público, ainda que timidamente, especialmente quando falamos da Europa e, evidentemente, em outro extremo, questionável, a própria China. Não sei se é possível ainda estabelecermos distinções entre a produção do “jornalismo profissional” e de uma série de outros veículos, formadores de opinião, ou mesmo cidadãos comuns, do ponto de vista da percepção do público. Mas, evidentemente, precisamos insistir nisso.*

Já sabemos que há exércitos, um subterrâneo sofisticadamente montado, em cima dessas características e singularidades do conteúdo em rede. Uma máquina extremamente bem organizada, altamente financiada e poderosa, reunindo objetivos que atravessam fronteiras. Então há uma contradição aí, que opõe um horizonte animador em perspectiva a uma disputa bastante desigual em torno da distorção do uso da internet. As iniciativas individuais, ou mesmo coletivas não hegemônicas, desvendaram o funcionamento da rede e trabalham neste detalhe com sistemas altamente complexos, numerosos e automatizados. Na Escola de Comunicação da UFRJ temos o NetLab, liderado pela professora Marie Santini, um laboratório que investiga muitas destas estratégias, com resultados bastante importantes publicados nos últimos anos⁸. Na

⁸ Entre as pesquisas recentes estão a identificação e quantificação do uso de bots (perfis falsos) para impulsionar conteúdos de desinformação. <http://www.netlab.eco.ufrj.br/grupo>

UFES, as pesquisas do professor Fabio Malini também conseguem mapear a origem e concentração das narrativas nas redes sociais em torno de debates de interesse público⁹. Enfim, temos uma série de iniciativas para contribuir e buscar alternativas, em uma seara que o Estado e as instituições não só não acompanham, como não desenvolveram políticas públicas capazes de enfrentar as consequências deste sistema. Resta saber se teremos lastro social para fazer este enfrentamento.

Claro que aí não estamos falando exatamente de Jornalismo, embora em alguns casos sim, ainda que possamos discutir a finalidade do interesse público. Um outro fenômeno interessante é que a desinformação trabalha com toda a roupagem da linguagem jornalística: nossas manchetes, linhas de apoio, fotos-legenda, lead, embora carregue frequentemente no sensacionalismo. Então isso quer dizer que a legitimidade do discurso jornalístico, construída por décadas, não está obsoleta. O que vai exigir nossa mobilização é recuperar esse lugar de credibilidade e centralidade na esfera pública.

Rizoma. A credibilidade é um paradigma que norteia a profissão do jornalista. Ela, contudo, não é um predicado autoatribuído. Está condicionada à intersubjetividade. Em que medida “o novo e o velho dilema da concentração midiática” interfere na constituição deste discurso?

Carine Prevedello. *Esta é uma questão que se atualiza, se agrava e torna-se cada vez mais complexa. Basta lembrarmos que o mesmo discurso utilizado pelo campo progressista para criticar a Rede Globo no século passado, hoje é utilizado pela extrema direita para desqualificar o jornalismo e justificar canais próprios de desinformação. Passamos da concentração de propriedade dos veículos analógicos (rádio e televisão), o “coronelismo eletrônico” (uma expressão de Sergio Caparelli e Suzy Santos, para o domínio de poucas famílias sobre a mídia no Brasil)¹⁰, para o controle transnacional das empresas de tecnologia. Não há respostas simples fora da definição de políticas públicas, e do resgate do Jornalismo. A única possibilidade de mantermos um ambiente*

⁹ <http://www.labic.net/>

¹⁰ SANTOS, Suzy; CAPPARELLI, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia.** São Paulo: Paulus, 2005.

democrático é desconstruindo e responsabilizando os esquemas de produção industrial de desinformação, e regulamentando o funcionamento da internet e das redes sociais.

Ao lançar “A era do capitalismo de vigilância”, Zuboff (2021)¹¹ defende essas duas medidas com veemência, principalmente a proteção aos conteúdos jornalísticos, que são uma das maiores fontes de renda das empresas de tecnologia. É bom lembrar o que Galloway (2009)¹² já disse: quando estamos falando de internet, estamos falando de um ambiente em rede regulado por natureza. As regulações existem, mesmo que sejam mecanizadas ou orientadas segundo interesses que desconhecemos. A regulação institucional funciona por outras bases: interesse público e valores culturais.

Nas redações, talvez seja o momento de os próprios veículos brasileiros assumirem posição editorial clara em momentos críticos, como ocorre em outros países. O que não quer dizer que as redações deixarão de ter autonomia: somente o exercício livre do jornalismo pode garantir a manutenção do diálogo democrático. Ainda assim (Milly Lacombe descreveu esta situação com precisão em artigo recente)¹³, não vamos perder de vista a dimensão empresarial atrelada a compromissos macroeconômicos, a imprecisão nas apurações como método e a opção por um discurso que, em nome do contraditório, relativiza condutas autoritárias que podem nos levar ao descabro institucional e social.

Rizoma. Para falar de futuro: os espaços digitais destinados ao jornalismo crescem cada vez mais, contudo, esse movimento não representa ampliação e muito menos democratiza a Comunicação. Pelo contrário, eles sedimentam uma cultura que já está dada. Há saídas dentro do próprio jornalismo para remodelar esta realidade?

Carine Prevedello. *Esta é a pergunta de milhões, mas não sei se concordo com a premissa principal. Que houve uma diversificação maior de atores, fontes e canais, que pressionam os veículos historicamente consolidados, não há dúvida. Há iniciativas*

¹¹ ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância:** a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. São Paulo: Intrínseca, 2021.

¹² GALLOWAY, Alexander. **Rede é regulação e nada mais.** Entrevista com Alexander Galloway. Disponível em: [http:// culturadigital.br/blog/2009/10/30/entrevistacom-alexander-galloway/](http://culturadigital.br/blog/2009/10/30/entrevistacom-alexander-galloway/).

¹³ Em recente artigo, publicado na Folha de São Paulo, a jornalista Milly Lacombe defende que a “Mídia deve assumir seu papel na naturalização da extrema direita no Brasil”. Disponível na internet em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/milly-lacombe/2022/10/05/midia-deve-assumir-seu-papel-na-naturalizacao-da-extrema-direita-no-brasil.htm>

importantes de coletivos inovadores e independentes para a produção de grandes reportagens investigativas, a popularização de perfis de comunicadores agora atuando de forma autônoma, e a proliferação de experimentações de formatos que buscam atingir com maior imediatismo e especificidade as novas audiências. Há uma dispersão do público e uma tendência a trabalharmos em produções segmentadas para públicos cada vez mais específicos.

Entretanto, sobre a distância deste contexto da democratização, concordo. A coexistência dos sistemas de Comunicação privado, público e estatal, previstos na nossa Constituição de 1988, ainda tem muita estrada pela frente. A distinção entre o público e o estatal, e o fortalecimento das estruturas públicas são fundamentais para que o país avance neste processo.

Não existe democracia sem imprensa livre e sem o exercício do jornalismo com autonomia. A questão é o que estamos chamando de Jornalismo. O amadorismo, a simplificação, a ausência de contextualização estão longe da atividade jornalística. Os critérios de noticiabilidade estão mudando, com preferência pelo mundo privado, ao invés do interesse público, e os impactos já são evidentes. Somente em uma situação muito grave, de perda de direitos e de liberdade, é que a sociedade passa a ver de forma clara a importância da imprensa livre, dentro dos marcos civilizatórios. Espero sinceramente que não precisemos enfrentar este limite, e que as instituições e a sociedade brasileira enxerguem o risco. Já não está nas nossas mãos (dos jornalistas), precisamos de lastro institucional e social.